

“Tentações de um ano eleitoral”

GAZETA MERCANTIL

25 JAN 1982

*Economia
brasileira*

por José Casado
de São Paulo

O ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, fez ontem, em São Paulo, um vigoroso alerta para o perigo de “um grande estouro” na expansão da base monetária neste ano, o que, acredita, poderia ocorrer como resultado “das tentações de um ano eleitoral”. Simonsen considera que, se houver, neste ano, “muita reativação econômica”, uma expansão monetária “acima dos limites ideais”, ou ainda se o governo optar por medidas “que dificultem o fechamento do balanço de pagamentos”, os custos para o acerto das contas externas do País representariam “nova recessão em 1983”.

Não se trata de uma posição isolada. Ponderação semelhante foi feita quase simultaneamente, ontem à tarde, em Brasília, pelo assessor para assuntos econômicos da Secretaria do Planejamento (Seplan), Akihiro Ikeda, e, em São Paulo, pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Pedro Conde.

Ikeda, em conversa com o

editor Celso Pinto, em Brasília, disse defender a tese de que a melhor forma de se ter um comportamento mais positivo da economia, neste ano, é manter exatamente as mesmas regras de 1980: quer dizer, nem medidas adicionais de estímulo nem menores juros. Na semana passada, o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, havia dito a este jornal que o governo estuda a possibilidade de estimular, via isenções tributárias, alguns setores industriais, de forma a garantir a retomada do crescimento econômico.

“Isso não é necessário”, julga Pedro Conde, que falou para uma platéia de cerca de cem empresários — participantes de um seminário sobre perspectivas para 1982, em São Paulo. A audiência era a mesma que tivera Simonsen pela manhã, e Conde aproveitou para reforçar a ponderação do ex-ministro: “É fundamental que as autoridades não caiam na tentação de atender ao clamor daqueles que pedem crescimento acelerado, numa reedição de política de combate à inflação pelo aumento da produ-

ção, e não se submetam à ideologia exótica de que uma taxa negativa no PIB é um desrespeito político ou uma evidência de erros na concepção e condução da política econômica”.

Mesmo abstruído o viés político, permanece uma questão técnica, fundamental, não equacionada: “O problema é que todas as medidas que se imaginam (para reativação econômica e para redução das taxas reais de juros) implicam subsídio ou maior grau de intervenção do governo na economia”, observa Ikeda. Ele se diz à espera de sugestões detalhadas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por exemplo, para redução das taxas de juros — que a FIESP coloca como obstáculo à retomada do crescimento e dos investimentos, neste ano.

O argumento utilizado pelo assessor econômico da Seplan, em favor de uma não-intervenção do governo no mercado financeiro, para redução da taxa real de juros — como reclama o setor industrial —, é de que a única parcela dos juros que, de fato, subiu foi a destinada ao financiamento de capital de giro — e, neste aspecto, “o pior já passou”.

Na área dos créditos para investimentos, complementa, não houve elevação de juros reais (“só concedidos pelo BNDE, ou estão nas regras do SFH ou se destinam a investimentos agrícolas”). E conclui: “Portanto, o investimento, de forma geral, não estaria sendo afetado pelo nível de juros”.

Há, aí, uma manifestação de discordância da parte de Simonsen e de Conde. O ex-ministro entende que “é possível flexibilizar as atuais taxas de juros”, e o presidente da Febraban considera que “é preciso um entendimento, uma mesa-redonda, pois realmente estamos preocupados com a saúde das empresas”. Conde vê como “fáctivel” uma redução dos juros via tributação diferenciada, no Imposto de Ren-

da, de forma a mantê-los atraentes em relação aos empréstimos internos, como propõe a FIESP. E mais ainda: acha necessário, em 1982, “partirmos para grandes reformas institucionais, como a separação do Banco do Brasil das autoridades monetárias e a transformação do Banco Central em órgão independente, sem as funções de fomento”.

(Ver páginas 3 e 20)